



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2023

**Montepio Multi Gestão
Equilibrada**

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto**

 **Montepio** **Gestão de Activos**

Grupo Montepio

Fundo

Montepio Multi Gestão Equilibrada - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@gestaoactivos.montepio.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Economia

Economia Mundial

Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 11 de abril, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previu um crescimento da economia global de 2,8% para 2023, ligeiramente menos (-0,1 p.p.) do que o projetado em janeiro e representando um abrandamento face aos 3,4% estimados para 2022.

De facto, apesar de, no cenário-base, o FMI prever uma melhoria ligeira do crescimento do PIB mundial em 2024, para 3,0% (revisto dos +3,1% previstos em janeiro), perspetiva depois a manutenção do ritmo de expansão global até 2027.

Trata-se do pior cenário em décadas, sublinhou o FMI, depois de a economia mundial ter crescido a uma média de 3,9% na 1.ª década do século XXI e de 3,7% na 2.ª década, até 2019, o último ano pré-pandemia.

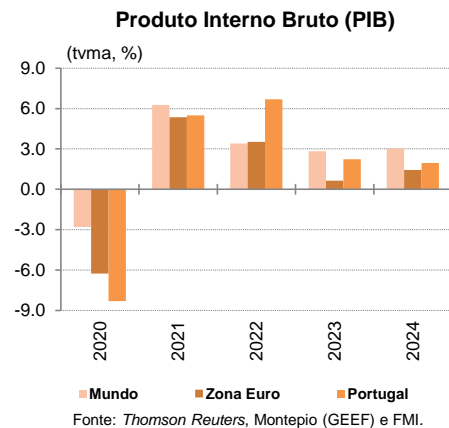
Em termos das principais economias mundiais, o FMI reviu em alta o crescimento de 2023 dos EUA (+0,2 p.p., para +1,6%), da Zona Euro (+0,1 p.p., para +0,8%), da Rússia (+0,4 p.p., para +0,7%) e do Reino Unido (+0,3 p.p., para -0,3%), mas em baixa do Japão (-0,5 p.p., para +1,3%), da Índia (-0,2 p.p., para +5,9%)

e do Brasil (-0,3 p.p., para +0,9%), enquanto o da China foi mantido (em +5,2%).

Segundo o FMI, as perspetivas económicas anémicas refletem o aperto monetário necessário para controlar a inflação, tarefa que o FMI espera apenas que fique concluída em 2025, assim como a deterioração nas condições financeiras, a continuação da guerra na Ucrânia e uma crescente fragmentação geoeconómica, que poderá aumentar as tensões comerciais, reduzir o investimento direto e atrasar a inovação. O abrandamento estará concentrado nas chamadas economias avançadas, que, em conjunto, deverão crescer apenas 1,3% em 2023.

Parte da descida nas expectativas de médio prazo também reflete o expectável abrandamento de economias como a da China e da Coreia do Sul, à medida que convergem com o resto do mundo.

Este cenário base do FMI assume a ausência de perturbações relevantes na estabilidade financeira, após a queda de alguns bancos regionais norte-americanos e do colapso do Credit Suisse. Todavia, o FMI considera que num cenário de maior *stress* financeiro, o crescimento mundial não irá além de 2,5% e o das economias avançadas ficará abaixo de 1,0%.



Relativamente à inflação mundial, o FMI considera que a inflação deverá cair de 8,7% em 2022 para 7,0% em 2023 (revisão 0,4 p.p. em alta face às previsões de janeiro), devido aos preços mais baixos das *commodities*, mas a inflação subjacente (*core*) provavelmente cairá de forma mais lenta, pelo que o regresso da inflação à meta das principais autoridades monetárias é, na opinião do FMI, improvável antes de 2025, na maioria dos casos.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou o ano de 2023 a exhibir uma estabilização em cadeia no 1.º trimestre, depois da descida de 0,1% registada no 4.º trimestre de 2022, evitando a entrada da economia da Zona Euro em situação de recessão técnica (na 2.ª e 3.ª estimativas chegou a ser reportada uma queda de 0,1%). Entretanto, o PIB terá regressado aos crescimentos no 2.º trimestre, perspetivando-se uma ligeira aceleração ao longo dos trimestres seguintes, mas com a Zona Euro a dever ter voltado a abrandar no conjunto de 2023, para um crescimento de cerca de 0,7% (depois das expansões de 3,5% e 5,3% em 2022 e 2021, respetivamente).

A economia mantém-se condicionada pelo contexto de elevada inflação e consequente subida das taxas de juro por parte do BCE.

As previsões das principais entidades públicas nacionais e internacionais para o crescimento económico em 2023 têm vindo a ser tendencialmente revistas em alta: o FMI aumentou a sua previsão de 0,7% para 0,8% em 11 de abril, a Comissão Europeia subiu em 15 de maio a sua previsão de 0,9% para 1,1% e a OCDE reviu de 0,8% para 0,9% em 7 de junho, ao passo que o BCE reviu ligeiramente em baixa de 1,0% para 0,9% em 15 de junho. De notar que as previsões destas entidades poderão estar um pouco sobrestimadas, na medida em que não terão tido em consideração o pior arranque de ano registado pela economia (as estimativas iniciais do PIB do 1.º trimestre haviam reportado uma ligeira expansão de 0,1%).

Ao longo do 1.º semestre deste ano, assistiu-se a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022, com a inflação homóloga a fechar o primeiro semestre de 2023 nos 5,5%, mas com a inflação subjacente a revelar uma maior resiliência, tendo inclusive fechado o semestre num nível (+5,4%) acima do observado no final de 2022 (+5,2%), depois de ter atingido um pico de 5,7% em março.

Face a este contexto de persistência da inflação subjacente, e às perspetivas de que a inflação permaneça demasiado elevada durante demasiado tempo, o BCE deu, durante o 1.º semestre do ano, continuidade ao ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras iniciado em meados de 2022, tendo aumentado essas taxas em 150 p.b. (50 p.b. em fevereiro e em março e 25 p.b. em maio e em junho). Trata-se já do ciclo de subida de taxas de juro do BCE mais agressivo, com as taxas de referência a aumentarem 400 p.b. em cerca de 11 meses (entre julho de 2022 e junho de 2023). Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) fechou o 1.º semestre do ano nos 4,00% e a taxa de depósitos nos 3,50%.

Economia Portuguesa

O PIB português iniciou o ano de 2023 a exibir uma forte e inesperada expansão em cadeia de 1,6% no 1.º trimestre, acelerando bastante face ao trimestre anterior (+0,3%) e renovando níveis máximos históricos da série trimestral (iniciada em 1978), ficando 4,4% acima do PIB do 4.º trimestre de 2019, antes do início da pandemia. A economia foi muito suportada pelo forte contributo positivo das exportações líquidas, nomeadamente de turismo.

Já para o 2.º trimestre estima-se *grosso modo* uma estabilização em cadeia da atividade económica, antevendo-se depois crescimentos modestos nos 3.º e 4.º trimestres, refletindo também o facto do forte crescimento no 1.º trimestre (tal como sucedeu em 2022) poder ter igualmente resultado de problemas estatísticos de medição da atividade económica.

Em termos anuais, depois de o PIB ter registado um crescimento de 6,7% em 2022, o ritmo mais elevado desde 1987 (após a expansão de 5,5% em 2021 e a diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica), perspetiva-se um mercado abrandamento do crescimento em 2023, para um crescimento no intervalo [+1,7%; +2,7%], com o centro do intervalo a encontrar-se abaixo da última previsão do Governo (o Ministro das Finanças anunciou, em 14 de julho, uma revisão em alta do crescimento do PIB português em 2023, dos +1,8% assumidos no Programa de Estabilidade (PE) 2023-27, em abril, para +2,7%), estando igualmente abaixo dos 2,7% previstos em junho pelo Banco de Portugal (BdP), dos 2,4% projetados em maio pela Comissão Europeia, dos 2,5% previstos em junho pela OCDE e dos 2,6% perspetivados em maio pelo FMI.

Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e praticamente a nível global, depois do forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, assistiu-se em Portugal, durante o 1.º semestre, também a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022, com a inflação homóloga a fechar o 1.º semestre de 2023 nos 4,7% (beneficiando também do corte da taxa de IVA para 0% de vários bens alimentares essenciais), ainda elevada (e acima do *target* de +2,0% do BCE), mas já bem abaixo do observado no final de 2022 (+9,8%), bem como do pico máximo de 10,6% registado em out/2022.

No mercado laboral, observou-se, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), uma diminuição da taxa de desemprego ao longo do 1.º semestre, dos 6,8% de dezembro de 2022 para 6,4% em maio de 2023, após um pico máximo de 7,1% observado logo no início do ano, mas perspetivando-se, em termos anuais, uma subida desta taxa, dos 6,0% verificados em 2022 para 6,6% em 2023 (em linha com o previsto pelo FMI, estando ligeiramente acima dos 6,5% previstos pela Comissão Europeia e abaixo dos 6,8% estimados pelo BdP e dos 7,4% projetados pela OCDE).

As finanças públicas continuaram a beneficiar do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de Covid-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva, com os dados da execução orçamental já disponíveis (referentes ao 1.º trimestre, na ótica da contabilidade nacional, e até

ao mês de maio, na ótica da contabilidade pública) a evidenciarem melhorias do saldo orçamental face ao período homólogo (mesmo tendo em conta as medidas de apoio lançadas pelo Governo para suportar o rendimento real das famílias), sugerindo uma nova redução do défice orçamental (em % do PIB) em 2023, dos 0,4% observados em 2022 para um valor abaixo do assumido pelas últimas previsões oficiais do Governo (-0,4% no PE 2023-27 de abril), perspetivando-se igualmente a manutenção da trajetória descendente do rácio da dívida pública sobre o PIB iniciada em 2021.

Depois do agravamento do défice da balança corrente em 2022, dos 0,8% do PIB observados em 2021 para 1,3%, nomeadamente em resultado da subida dos preços das *commodities* importadas, designadamente da energia, perspetiva-se uma redução do défice em 2023, beneficiando, em particular, da forte melhoria do saldo da balança comercial (de bens e serviços) observado no 1.º trimestre do ano.

A taxa de poupança dos particulares desceu em 2022, dos 9,9% em 2021 para 6,5%, prolongando a trajetória de redução iniciada já em 2021 (em 2022 exacerbada pelo aumento da inflação), e deverá voltar a cair em 2023, a avaliar designadamente pelos dados já disponíveis (desceu no 1.º trimestre de 2023 dos 6,5% observados no 4.º trimestre de 2022 para 5,9%).

Mercados Financeiros

No 1.º semestre do ano assistiu-se à manutenção da tendência de melhoria do sentimento dos mercados que havia sido iniciada em meados de outubro de 2022, embora num contexto de abrandamento da atividade económica, apesar de menos severo do que o esperado, tendo-se assistido a diversas revisões em alta de várias entidades nacionais e internacionais para o crescimento económico em Portugal.

No entanto, a maior economia da Zona Euro (Alemanha) entrou em recessão técnica entre o 4.º trimestre de 2022 e o 1.º trimestre de 2023, com a redução dos rendimentos reais das famílias, resultantes da elevada inflação e o impacto sobre a procura agregada do endurecimento da política monetária por parte dos bancos centrais, para fazer frente à inflação.

O sentimento dos mercados acabou por beneficiar também dos crescentes sinais de que a Europa, para além de ter evitado uma crise de gás no inverno, também evitará no próximo, das expectativas relativamente ao impacto favorável nas contas das empresas (sobretudo das empresas tecnológicas) dos recentes e rápidos desenvolvimentos ao nível da inteligência artificial (IA), da continuação das expectativas favoráveis relativamente aos efeitos da reabertura comercial da China (patente na tendência de melhoria dos dados de atividade desde início do ano) e da expectativa de que o Governo chinês irá avançar com um pacote de estímulos para revitalizar economia, bem como dos bons resultados apresentados pelas empresas norte-americanas no 1.º trimestre do ano.

Os principais **índices de ações** dos EUA registaram fortes subidas durante o 1.º semestre, com o *S&P 500* a avançar 15,9%, mas não recuperando ainda totalmente da queda de 19,4%

observada em 2022. O *Nasdaq* exibiu uma subida ainda maior (+31,7%), que representou o melhor desempenho dos últimos 40 anos num 1.º semestre, sendo suportado pelo *rally* nas cotadas da inteligência artificial, ao passo que o *Dow Jones* recuperou menos (+3,8%). Na Europa, o *Eurostoxx 50* subiu 16,0%, com o índice português PSI a valorizar 3,4%. O comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias [a maior subida coube ao italiano FTSE MIB (+19,1%) e a menor ao britânico FTSE 100 (+1,1%), este último particularmente prejudicado pela elevada inflação britânica e pela necessidade de mais subidas de taxas]. O índice *MSCI* global valorizou 12,8% no 1.º semestre (-19,8% em 2022), aproximando-se dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021, embora fechando o 1.º semestre ainda 10,0% abaixo desses níveis.

As **yields da dívida pública de referência** subiram nas principais economias, mas somente nos prazos mais curtos, refletindo as expectativas e concretização de políticas monetárias mais restritivas, tendo descido ligeiramente nos prazos mais longos. Na **Alemanha**, as *yields* a 2 anos aumentaram 43 p.b., para 3,196%, mas desceram 18 p.b. nos 10 anos, para 2,392%, ficando, no último caso, 36 p.b. abaixo dos níveis máximos desde abril de 2011 observados durante o semestre em análise (em 02/03/2023), embora permanecendo bem acima dos níveis mínimos históricos (-0,856%) registados em 09/03/2020. Nos **EUA**, as *yields* a 2 anos subiram 47 p.b. para 4,895%, mas tendo descido 4 p.b. nos 10 anos, para 3,837%, ficando 41 p.b. abaixo dos máximos desde junho de 2008 registados em 24/10/2022, embora continuando bem acima dos mínimos da série iniciada em 1979 registados em 04/08/2021 (0,507%).

A subida das taxas de juro de curto prazo nos EUA conduziu já aos declives mais negativos desde o início dos anos 80, medidos pela diferença entre as *yields* a 10 anos, por um lado, e as *yields* a 2 anos e as taxas de juro a 3 meses, por outro, sendo que as últimas 5 recessões nos EUA foram sempre precedidas de declives negativos entre as *yields* a 10 anos e as taxas a 3 meses.

Os **spreads de crédito** apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de desagravamentos também nos **spreads das yields da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro**, com a Grécia a destacar-se pela positiva (-77 p.b., para um *spread* de 128 p.b.), seguida de Itália (-46 p.b., para 168 p.b.) e de Portugal (-28 p.b., para 73 p.b.), que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha (-10 p.b., para 99 p.b.).

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, no ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE, as **taxas Euribor** apresentaram também marcadas subidas no 1.º semestre (+145 p.b. nos 3 meses, +121 p.b. nos 6 meses e +84 p.b. nos 12 meses), depois de já terem observado em 2022 os maiores aumentos num ano desde o início das séries históricas em 1999 (+270 p.b. nos 3 meses, +324 p.b. nos 6 meses e +379 p.b. nos 12 meses) e após terem fechado 2021 perto de mínimos históricos (observados no mês de dezembro de 2021). As taxas Euribor fecharam o 1.º semestre, sensivelmente, em máximos desde novembro de 2008 e em terreno positivo em todos os prazos

(3,577% nos 3 meses, 3,900% nos 6 meses e 4,134% nos 12 meses), depois de já o terem feito em 2022, o que não sucedia desde o início de 2015.

Já os índices gerais de **commodities** registaram descidas, com o índice compósito *CRB Index* a recuar 5,7% e o *GSCI* 11,4% (depois das fortes subidas de 19,5% e 8,7% observadas em 2022), sendo penalizado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior queda, de 14,8%), num contexto de descidas dos preços do *brent* e do *WTI* (*West Texas Intermediate*) de 12,8% e 12,0% (os preços do gás na Europa caíram 50,4% face ao fecho de 2022, após terem subido 13,0% em 2022 e 243% em 2021, tendo fechado o 1.º semestre num nível já 88,2% abaixo do máximo histórico de final de agosto de 2022), das agrícolas (-14,6%, para mínimos desde setembro de 2021) e dos metais de base (-9,6%), sendo, no entanto, suportado pelo gado (+14,3%, para máximos desde julho de 2014) e pelos metais preciosos (+4,7%).

Principais Riscos e Incertezas para 2023

No *WEO* de 11 de abril, o FMI realçou que as previsões económicas apresentadas assumiam a hipótese de estabilidade do sistema financeiro, após a queda de alguns bancos regionais norte-americanos e do *Credit Suisse*, reconhecendo, nesse sentido, o risco de um cenário de maior *stress* financeiro, que provocaria um crescimento mundial abaixo do antecipado.

Segundo o FMI, a instabilidade observada no sistema financeiro durante o 1.º semestre representou uma lembrança dos desafios causados pela interação entre a política monetária e as condições financeiras mais restritivas e a acumulação de vulnerabilidades, considerando que os riscos à estabilidade financeira aumentaram significativamente.

O FMI lembrou que, no seguimento da crise financeira global, os mercados aumentaram a exposição a risco de liquidez, duração e crédito para fazer face aos baixos juros, volatilidade limitada e ampla liquidez, referindo que esta estratégia permitiu impulsionar as rendibilidades, mas também as vulnerabilidades no sistema financeiro. Os riscos consubstanciaram-se na queda de alguns bancos regionais norte-americanos, como o *Silicon Valley Bank* e o *Signature Bank*, bem como na venda para evitar a falência do *Credit Suisse*.

Apesar de o FMI afastar dúvidas sobre a eficácia das mudanças regulatórias levadas a cabo após a crise financeira (especialmente em relação aos grandes bancos) em tornar o sistema mais resiliente, mantém as preocupações sobre as vulnerabilidades que podem estar escondidas, não só nos bancos, mas também nos intermediários financeiros não bancários, como fundos de investimento, de pensões ou seguradoras.

Segundo o FMI, o sistema financeiro está a ser testado face ao contexto de inflação mais elevada e subida das taxas de juro, numa altura em que a evolução dos preços continua acima da meta dos bancos centrais, sendo que a emergência de *stress* nos mercados financeiros observada no 1.º semestre (especialmente em março e em maio) acabou por vir dificultar a tarefa das autoridades monetárias. Ainda assim, o FMI reconheceu que a disponibilidade de ferramentas

permite aos bancos centrais separarem os objetivos de política monetária dos de estabilidade financeira, permitindo continuar o aperto monetário para fazer face às pressões inflacionistas.

Ao nível nacional, a economia deverá ver-se também condicionada pelos riscos identificados sobre a economia global, sendo que, segundo a análise do Banco de Portugal no Relatório de Estabilidade Financeira de maio, no atual quadro de incerteza e de normalização da política monetária, as principais vulnerabilidades e riscos para a estabilidade financeira são: i) a turbulência acrescida nos mercados financeiros internacionais, implicando potenciais efeitos de contágio entre os ciclos financeiro e económico (uma eventual aversão ao risco mais generalizada teria impactos adversos sobre os custos de financiamento, a valorização dos ativos e a atividade económica); ii) uma trajetória menos favorável para o rácio da dívida pública (um enquadramento económico e financeiro potencialmente mais adverso, com menor crescimento económico e maior persistência da inflação, que motive uma reação mais restritiva e duradoura das autoridades monetárias, aumenta os riscos do elevado endividamento); iii) o potencial incumprimento das famílias mais vulneráveis, devido à inflação elevada, à subida das taxas de juro de curto prazo e a um potencial agravamento da taxa de desemprego (a preponderância da taxa de juro variável nos empréstimos à habitação em Portugal leva a que a subida das taxas de juro se traduza num aumento no curto prazo dos encargos com a dívida); iv) o potencial incumprimento das empresas mais vulneráveis (apesar da evidência recente de resiliência do setor, um contexto económico e financeiro mais desfavorável, caracterizado por menor crescimento económico e taxas de juro mais elevadas, fará aumentar a percentagem de empresas em vulnerabilidade); v) o arrefecimento no mercado imobiliário residencial, com impacto sobre os preços e sobre o valor do colateral de créditos garantidos por imóveis (a subida das taxas de juro contribuirá para a desaceleração dos preços no mercado imobiliário residencial em Portugal); vi) a materialização dos riscos de mercado e de crédito para o setor bancário.

De notar que o referido aumento da restritividade da política monetária, as ainda elevadas pressões inflacionistas, o *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas e também o fim dos programas de moratórias, continuarão a ser desafios particularmente relevantes em 2023, uma vez que concorrem para a deterioração da situação financeira das famílias e empresas, potenciando o avolumar de insolvências em alguns setores de atividade.

Com a perspetiva de ainda não se ter concluído o ciclo de subidas de taxas de juro dos principais bancos centrais e de manutenção das taxas de juro em níveis elevados por um maior período, poder-se-á assistir a correções nos preços dos ativos financeiros e imobiliários, assim como o agravamento do risco de crédito.

A par dos riscos elencados, a regulação crescente sobre os temas dos riscos climáticos e seu tratamento, os impactos da rápida transformação tecnológica e as necessidades crescentes de investimento em cibersegurança (em jan-23 foi publicado o regulamento “*Digital Operational Resilience Act - DORA*” com período de implementação de 24 meses), poderão igualmente impactar no ritmo de crescimento da atividade.

Evolução da atividade

O Fundo Montepio Multi Gestão Equilibrada - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, doravante denominado Fundo ou Montepio Multi Gestão Equilibrada, iniciou a sua atividade em 18 de setembro de 2000, visando a constituição de uma carteira de ativos orientada para a aquisição de Unidades de Participação (UP) de fundos de investimento nacionais e internacionais.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Política de Investimento

O Fundo tem por objetivo proporcionar aos seus Participantes uma adequada valorização do capital a médio e longo prazo, numa ótica de gestão prudente, mediante a constituição de uma carteira de ativos orientada para a aquisição de UP de fundos de investimento nacionais e internacionais e selecionada de acordo com a política de investimentos indicada, a qual visa garantir uma adequada conjugação das variáveis rendibilidade, liquidez e risco.

O Fundo detém, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global investido em unidades de participação de outros fundos, sendo o restante aplicado em meios líquidos. O Fundo visa a constituição de uma carteira equilibrada com investimento em cerca de 55% em depósitos, fundos de tesouraria e de obrigações, e em cerca de 45% em fundos de ações nacionais e internacionais, que em cada momento procurará adaptar-se às condições de investimento nos diferentes mercados. O Fundo assume a natureza de um fundo misto que não poderá deter mais de dois terços do seu valor líquido global investidos em fundos de ações. O Fundo não investe em fundos cuja comissão de gestão seja superior a 2,5%.

A carteira do Fundo será constituída por fundos harmonizados, geridos por sociedades gestoras sediadas em Estados membros da União Europeia, e que obedecem à Diretiva comunitária nº 85/611/CEE, de 20 de dezembro, bem como pelos fundos geridos pela Sociedade Gestora. O Fundo investirá, preferencialmente, em fundos de capitalização, não havendo lugar à distribuição de rendimentos.

Rendibilidade e Risco

A rendibilidade efetiva do Fundo no 1º semestre de 2023 foi de 4,79%, enquanto a evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2013	7,49%	5,80%	Classe 4
2014	4,89%	6,40%	Classe 4
2015	2,96%	8,51%	Classe 4
2016	2,11%	10,90%	Classe 5
2017	4,93%	4,05%	Classe 3
2018	-8,77%	8,07%	Classe 4
2019	10,92%	5,98%	Classe 4
2020	4,63%	14,83%	Classe 5
2021	8,08%	5,28%	Classe 4
2022	-12,83%	10,03%	Classe 4

As rendibilidades apresentadas, calculadas com base no último dia útil de mercado de cada ano, constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das UP pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

A categoria de risco indicada, calculada de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020, não é garantida e pode variar ao longo do tempo. A categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do Fundo apresenta oscilações que resultam da variação das UP dos fundos harmonizados em que o Fundo investe. O Fundo é constituído por UP de fundos que investem até 2/3 em ações, mas que tende a ser tendencialmente equilibrado entre fundos de ações e obrigações. O Fundo tem um risco moderado.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

O valor total da carteira do Fundo era, a 30 de junho de 2023, de 12,04 M€. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Anos	VLGF (€)	# UP em circulação	Valor da UP (€)
2018	3 899 576,47	72 086,9320	54,0955
2019	4 977 865,65	82 959,0860	60,0039
2020	5 409 026,35	86 151,6360	62,7850
2021	11 635 650,92	171 483,0625	67,8531
2022	11 904 411,06	201 262,5026	59,1487
30/06/2023	12 043 250,82	194 291,5136	61,9855

Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

Não são cobradas quaisquer comissões diretamente imputáveis aos Participantes do Fundo, conforme identificado no Prospeto: comissão de subscrição e comissão de resgate de 0%.

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo, nos três últimos exercícios económicos completos e em 30 de junho de 2023.

	2020	2021	2022	30/06/2023
Proveitos	1 332 358,37	1 442 566,11	2 075 303,37	1 001 285,12
Custos	1 068 050,87	898 698,23	3 823 508,82	437 143,79
Resultado Líquido	264 307,50	543 867,88	(1 748 205,45)	564 141,33

(valores em Euros)

Relativamente aos custos suportados pelo Fundo, destacam-se as rubricas abaixo identificadas.

	2020	2021	2022	30/06/2023
Comissão de Gestão	35 849,02	40 706,07	64 813,32	31 211,20
Comissão de Depósito	2 713,00	4 070,63	6 481,29	3 121,19
Comissão de Comercialização	26 547,61	52 917,92	84 257,12	40 574,52
Taxa de supervisão	1 281,25	1 372,34	1 873,12	897,13
Custos de auditoria	1 845,00	1 845,00	1 845,00	1 712,54
Comissão de carteira de títulos	1 514,40	2 398,00	3 416,46	2 640,14

(valores em Euros)

Lisboa, 23 de agosto de 2023

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO						PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2023			2022		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos		
		Bruto	Mv	m v/P	Líquido	Líquido			2023	2022	
CARTERA DE TÍTULOS						CAPITAL DO OIC					
21	OBRIGAÇÕES					61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	9 714 576.29	10 566 724.14		
22	AÇÕES					62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	1 308 769.36	1 470 481.56		
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL					64	RESULTADOS TRANSITADOS	455 763.84	2 203 969.29		
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	11 499 658.38	310 672.75	238 332.24	11 571 998.89	11 751 131.30	65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS			
25	DIREITOS										
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	564 141.33	(1 729 447.56)	
	TOTAL DA CARTERA DE TÍTULOS	11 499 658.38	310 672.75	238 332.24	11 571 998.89	11 751 131.30		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	12 043 250.82	12 511 727.43	
OUTROS ATIVOS						PROVISÕES ACUMULADAS					
31	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES PARA ENCARGOS	3 502.05	37 679.51	
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS						481	TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	3 502.05	37 679.51	
TERCEIROS						TERCEIROS					
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES						421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES	70 643.96	12 826.36	
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES			
DISPONIBILIDADES						COMISSÕES A PAGAR					
11	CAIXA						423	COMISSÕES A PAGAR	13 515.53	14 153.16	
12	DEPÓSITOS À ORDEM	622 538.95			622 538.95	824 142.80	424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	65 487.25	1 360.67	
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO						43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS			
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO							TOTAL DOS VALORES A PAGAR	149 646.74	28 340.19	
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS										
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	622 538.95			622 538.95	824 142.80		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						ACRÉSCIMOS DE CUSTOS					
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	1 861.77			1 861.77	2 473.03	55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS			
52	DESPEAS COM CUSTO DIFERIDO						56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO			
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS						59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS	0.00	0.00	
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	1 861.77			1 861.77	2 473.03		TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0.00	0.00	
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO					
	TOTAL DO ATIVO	12 124 059.10	310 672.75	238 332.24	12 196 399.61	12 577 747.13		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	12 196 399.61	12 577 747.13	
Total do Número de Unidades de Participação						194 291.5136 211 334.4737		Valor Unitário da Unidade de Participação		61.9855	59.2034
Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões											

O Responsável pela Contabilidade

O Responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 30 JUNHO 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO	CUSTOS E PERDAS DESIGNAÇÃO	Período		CÓDIGO	PROVEITOS E GANHOS DESIGNAÇÃO	Período	
		2023	2022			2023	2022
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:		
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos			812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		
711+714+717+718	De Operações Correntes			811+814+817+818	Outras, de Operações Correntes		
719	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Extrapatrimoniais		
	COMISSÕES E TAXAS				RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	2 640.14	2 196.53	822+...+824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	17 385.34	6 953.69
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	72 923.00	76 682.25	829	De Operações Extrapatrimoniais		
729	De Operações Extrapatrimoniais				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			832+833+837	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	983 868.93	640 361.73
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	337 632.40	2 354 673.76	831+838	Outras, de Operações Correntes		
731+738	Outras, de Operações Correntes			839	De Operações Extrapatrimoniais		71 022.46
739	De Operações Extrapatrimoniais	16 577.59	7 355.96		REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
	IMPOSTOS			851	Provisões para encargos		
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento						
7412+7422	Impostos Indiretos	5 367.36	5 794.69				
7418+7428	Outros Impostos						
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para encargos			87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	30.85	
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	2 003.30	1 082.25				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	437 143.79	2 447 785.44				
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	1 001 285.12	718 337.88
781	Valores incobráveis						
782	Perdas extraordinárias				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			881	Recuperação de Incobráveis		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			882	Ganhos Extraordinários		
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0.00	0.00	883	Ganhos de Exercícios Anteriores		
				884...888	Outros Ganhos Eventuais		
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	0.00	0.00
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	564 141.33		66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		1 729 447.56
	TOTAL	1 001 285.12	2 447 785.44		TOTAL	1 001 285.12	2 447 785.44
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	660 981.73	(1 709 554.87)	D-C	Resultados Eventuais	0.00	0.00
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(16 577.59)	63 666.50	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	569 508.69	(1 723 652.87)
B-A	Resultados Correntes	564 141.33	(1 729 447.56)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	564 141.33	(1 729 447.56)

O responsável pela Contabilidade

O responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período	
	De 2023-01-01 a 2023-06-30	De 2022-01-01 a 2022-06-30
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS		
Subscrição de unidades de participação	242 241.23	4 125 386.04
Comissão de resgate	30.85	
	242 272.08	4 125 386.04
PAGAMENTOS		
Resgates de unidades de participação	600 863.95	1 507 035.61
	600 863.95	1 507 035.61
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	<u>(358 591.87)</u>	<u>2 618 350.43</u>
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS		
Vendas de Títulos e outros ativos	2 284 027.35	2 721 900.52
Rendimento de Títulos e outros ativos	17 639.76	6 726.04
	2 301 667.11	2 728 626.56
PAGAMENTOS		
Compra de títulos e outros ativos	2 397 975.67	5 652 794.23
Outras taxas e comissões	2 567.14	2 137.18
Outros pagam. Carteira de títulos	73.23	60.41
	2 400 616.04	5 654 991.82
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	<u>(98 948.93)</u>	<u>(2 926 365.26)</u>
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS		
Operações Cambiais	77 847.92	288 515.97
	77 847.92	288 515.97
PAGAMENTOS		
Operações Cambiais	77 968.79	286 046.44
	77 968.79	286 046.44
Fluxo das operações a prazo e de Divisas	<u>(120.87)</u>	<u>2 469.53</u>
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS		
Juros de Depósitos Bancários	0.00	0.00
Outros rec. Op. Correntes		
	0.00	0.00
PAGAMENTOS		
Comissão de Gestão	31 368.11	32 249.65
Comissão de Comercialização	40 778.48	41 924.42
Comissão de Depósito	3 136.88	3 225.01
Impostos e taxas	37 599.47	23 206.78
Outros pag. Operações correntes	2 035.68	1 087.32
	114 918.62	101 693.18
Fluxo das operações de Gestão Corrente	<u>(114 918.62)</u>	<u>(101 693.18)</u>
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período	(572 580.29)	(407 238.48)
Disponibilidades no Início do Período	1 195 119.24	1 231 381.28
Disponibilidades no Fim do Período	622 538.95	824 142.80

O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE

O RESPONSÁVEL PELA
GESTÃO

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

30 DE JUNHO DE 2023

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Multi Gestão Equilibrada Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (Fundo), iniciou a sua atividade em 18 de setembro de 2000. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objetivo proporcionar aos seus participantes uma adequada valorização do capital a médio e longo prazo, numa ótica de gestão equilibrada, mediante a constituição de uma carteira de ativos orientada para a aquisição de unidades de participação de Fundos de investimento nacionais e internacionais. De salientar que no dia 28 de novembro de 2011 o Fundo FiniFundo Moderado da Finivalor, foi integrado por fusão no Fundo Montepio Multi Gestão Equilibrada.

O Fundo visa a constituição de uma carteira equilibrada de Fundos de tesouraria, obrigações e ações, nacionais e internacionais, a partir de uma estrutura de base, que em cada momento procurará adaptar-se às condições de investimento nos diferentes mercados. De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 - CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(Valores em €)						
	Saldo em 31/12/2022	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	Saldo em 30/06/2023
Valor base	10 063 125.69	198 014.65	546 564.05				9 714 576.29
Diferença p/ Valor Base	1 385 521.53	44 226.58	120 978.75				1 308 769.36
Resultados distribuídos							
Resultados acumulados	2 203 969.29				(1 748 205.45)		455 763.84
Resultados do período	(1 748 205.45)				1 748 205.45	564 141.33	564 141.33
	<u>11 904 411.06</u>	<u>242 241.23</u>	<u>667 542.80</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>564 141.33</u>	<u>12 043 250.82</u>
Nº unidades de participação	<u>201 262.5026</u>	<u>3 960.2936</u>	<u>10 931.2804</u>				<u>194 291.5136</u>
Valor da unidade de participação	<u>59.1487</u>	<u>61.1675</u>	<u>61.0672</u>				<u>61.9855</u>

Nota 1 - Quadro 3

A evolução mensal do valor do Fundo e do valor da unidade de participação no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foi o seguinte:

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	12 168 103.52	60.8205	200 065.9669
Fevereiro	12 172 344.13	60.8860	199 920.1209
Março	12 091 694.17	60.7384	199 078.3842
Abril	12 101 765.21	61.1625	197 862.5051
Maior	11 981 345.24	61.2884	195 491.3820
Junho	12 043 250.82	61.9855	194 291.5136

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 30 de junho de 2023 tem a seguinte composição:

Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	(Valores em €)	
					Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.05 - Ups / ações de OIC que não OII (ETFs)						
iSh Core Eur Cor Bnd	215 682		(2 585.99)	213 095.75		213 095.75
ISH EUR CORP BND IRH	389 595	37.67		389 632.59		389 632.59
ISHARES CORE €GOVBND	20 826	226.01		21 051.91		21 051.91
ISHAR MSCI JPN M EUH	27 538	6 458.41		33 996.78		33 996.78
XTraks MSCIEUR1C ETF	322 818	31 061.02		353 878.80		353 878.80
AMUNDI€ Flt Corp ESG	315 413	4 087.64		319 501.06		319 501.06
ISHARES €CORPLGCAP	136 434		(2 281.38)	134 153.04		134 153.04
ISHARES € GOVT 5-7YR	107 512		(6 249.86)	101 261.91		101 261.91
Xtrackrs MSCIOUSA ETF	105 509		(2 072.09)	103 437.09		103 437.09
AMUNDI MSCI USA SRIB	102 608	8 800.00		111 408.00		111 408.00
JPM Euro REI ESG ETF	122 643	5 662.23		128 304.77		128 304.77
UBS ETF MSCI EMU SRI	239 337	2 942.40		242 279.33		242 279.33
UBSETF S&P 500 ESG H	195 880	10 999.83		206 880.31		206 880.31
Sub-Total:	2 301 795	70 275.21	(13 189.32)	2 358 881.34	0.00	2 358 881.34
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Adm. Neg.PN						
01.03.05 - Ups / ações de OIC que não OII						
Montepio Tesouraria	704 701		(421.34)	704 279.57		704 279.57
Montepio Obrigações	749 511		(6 939.72)	742 571.41		742 571.41
Montepio Taxa Fixa	88 947		(5 552.02)	83 394.72		83 394.72
Montep. EUA Classe B	186 305	15 747.10		202 052.03		202 052.03
Montepio Ac. Europa	338 901	14 199.33		353 100.53		353 100.53
Multi Gestã Emergent	63 867		(5 809.32)	58 057.64		58 057.64
Schroder Eur Gv Bd €	82 588		(7 337.50)	75 250.14		75 250.14
HSBC GBLInvEuropeVLE€	352 024		(4 895.89)	347 127.61		347 127.61
BGF European A2	195 928	2 684.42		198 612.36		198 612.36
HSBC ES US Eq AD \$	206 242		(1 689.92)	204 551.63		204 551.63
Mellon Global Bond €	101 166		(7 837.31)	93 328.52		93 328.52
Fidelity Sustainab ¥	51 598	28 300.60		79 898.96		79 898.96
HSBC GL Emerg Mkts \$	21 299		(4 353.87)	16 944.92		16 944.92
BGF Emerg Mkts A2\$	52 321		(13 744.29)	38 577.03		38 577.03
MS Emerg Mkts \$	46 367		(10 225.67)	36 141.22		36 141.22
Schroder Emerg Mkt \$	36 790		(8 368.71)	28 421.43		28 421.43
Fidelity Emerg Mkt \$	23 120	2 293.81		25 414.04		25 414.04
BGF US FLEXIBLE A2H	208 567		(5 389.29)	203 177.52		203 177.52
MS US ADVANT ZH	107 092		(5 865.64)	101 226.16		101 226.16
Schroder Intl € SHT	36 162		(843.68)	35 318.65		35 318.65
SCHR ITL US SM&MC\$	209 951		(5 954.73)	203 996.65		203 996.65
HSBC EuroCredit BDAC	166 444		(10 767.51)	155 676.42		155 676.42
MORGAN GB HYD BD ZH	64 607		(7 506.79)	57 100.03		57 100.03
MS INV FS MAT EUR ZE	35 753		(348.94)	35 404.16		35 404.16
Fidelity EUR LG Y AC	295 710	20 266.92		315 977.22		315 977.22
ALLIANZ FLT NOTPLSWT	874 635	10 889.72		885 524.44		885 524.44
FRANK TEMP €LND IACC	287 910	28 796.40		316 706.25		316 706.25
BNY M G SH DUR HY-EH	28 981	426.13		29 406.76		29 406.76
PICTET EUR SHTRM HYI	29 015	67.05		29 081.92		29 081.92
PICTET-G EM DEBT-HIE	28 913		(5 276.68)	23 636.25		23 636.25
DEUT FLT RATE NTS-IC	945 116	14 717.02		959 832.86		959 832.86
Schroder US LGCAP EH	206 175		(5 583.84)	200 591.63		200 591.63
HSBC GL EMKT BD-ICH	103 732		(23 529.99)	80 201.67		80 201.67
MORGAN ST€ C DHDG FD	246 667	2 553.08		249 219.96		249 219.96
AMUNDI-EQ EM FCS-AEC	31 622		(1 916.34)	29 706.12		29 706.12
PICTET € CORP BNDS I	144 011		(8 732.57)	135 278.69		135 278.69
PICTET-EMERG MKT-HIE	45 576		(14 574.81)	31 001.52		31 001.52
PICTET-JPEQSELCT-HIE	43 230	31 948.04		75 178.28		75 178.28
AMUNDI-€ EQ CON-IE-C	288 971	25 090.14		314 061.12		314 061.12
PICTET-USA INDEX-HI€	104 089		(1 254.12)	102 835.19		102 835.19
FIDELITY S&P500INDXH	105 722		(2 886.78)	102 835.28		102 835.28
ALLIANZ €P E GRWTH-A	262 323		(20 493.16)	241 829.57		241 829.57
MSIF-INVFNDD EUROPOE	196 407		(24 095.45)	172 311.38		172 311.38
JPMORGAN F USVAL-IHE	205 293		(2 725.14)	202 567.68		202 567.68
DWS INV-SHTDU INCLCE	42 512		(221.91)	42 290.08		42 290.08
Amundi Funds EUR EQ	219 122	16 358.90		235 481.25		235 481.25
BlackRock GLOB F Eur	217 798	16 390.24		234 187.92		234 187.92
BlackRock GlibF-Japan	30 172	8 061.13		38 233.51		38 233.51
BGF-US Basic VAL-D2	83 910	1 607.52		85 517.70		85 517.70
Sub-Total:	9 197 863	240 397.55	(225 142.92)	9 213 117.61	0.00	9 213 117.61
Total	11 499 658	310 672.76	(238 332.24)	11 571 998.95	0.00	11 571 998.95

Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foi o seguinte:

CONTAS	(Valores em €)		
	SALDO 31/12/2022	AUMENTOS	REDUÇÕES
Caixa			
Depósitos à ordem	1 195 119.24		
Depósitos a prazo e com pré-aviso			
Certificados de depósito			
Outras contas de disponibilidades			
Total	1 195 119.24		622 538.95

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos ativos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adotado para a valorização de ações (incluindo direitos suscetíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos suscetíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adotado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, exceto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos ativos cotados, o critério de valorização adotado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de activos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes fatores:
 - *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;

- Curva de taxas de juro para atualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao Fundo será imputado diariamente uma comissão de gestão de 1,15% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão, a comissão cobrada anualmente é de 0.650%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do Fundo constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo.

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 11 - EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2023, o Fundo detinha as seguintes posições em moeda estrangeira:

Moeda	Posição à vista	Futuros	Posição a prazo		Opções	Total a prazo	Posição Global
			Forwards	Swaps			
JPY Iene Japonês	12 556 920.82						12 556 920.82
USD Dólar americano	602 027.39						602 027.39
Contravalor em Euros	633 945.89						633 945.89

Nota 15 – DIVERSOS CUSTOS IMPUTADOS AO FUNDO NO 1º SEMESTRE DE 2023

Os diversos custos imputados ao Fundo em 30 de junho de 2023 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 30-06-2023	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)
Comissão de Gestão	71 785.72	0.59%
Componente Fixa	71 785.72	0.59%
Componente Variável	0.00	0.00%
Comissão de Depósito	3 121.19	0.03%
Taxa de supervisão	897.13	0.01%
Custos de auditoria	1 712.54	0.01%
Imposto do selo aplicável ao Fundo	2 486.33	0.02%
Outros encargos	290.76	
Total	80 293.66	0.66%
TEC médio outros OIC's (2)		0.72%
Taxa Encargos Correntes(TEC)		1.38%

(1) Média relativa ao período de referência.

(2) Valor provisório, sujeito a alteração

Nota 16 - REMUNERAÇÕES

Dado cumprimento ao exigido do n.º 1 do art.º 93 do RGA, apresenta-se de seguida o montante de remuneração em 30 de junho de 2023 suportadas pela Montepio Gestão de Activos:

Tipo de remuneração	30/06/2023
Órgãos de Gestão	329 434.28
Conselho Fiscal	7 059.54
Colaboradores	529 318.87
Número de colaboradores	31

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Nota 17 – IMPACTOS NO OIC

Face ao contexto de persistência da inflação subjacente, deu-se durante o 1.º semestre do ano, continuidade ao ciclo de subidas das taxas de juro diretoras iniciado em meados de 2022 por parte do BCE embora, tenha-se assistido a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do Fundo, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do Fundo.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias, não põem em causa a continuidade das operações do Fundo.

Lisboa, 23 de agosto de 2023

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Multi Gestão Equilibrada - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** (adiante designado por Fundo), gerido pela **Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA** (adiante designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 12 196 400 euros e um total de capital do fundo de 12 043 251 euros, incluindo um resultado líquido de 564 141 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Multi Gestão Equilibrada - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** em 30 de junho de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;

- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do Fundo;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do Fundo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas

- incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do Fundo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia, nos termos do n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 2/2015 na sua redação atual (Regulamento da CMVM n.º 2/2015), sobre a utilização consistente dos critérios de valorização do património e das unidades de participação do organismo de investimento coletivo e sobre o cumprimento das disposições quanto a erros de valorização do património do organismo de investimento coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2015

Nos termos do n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, devemos pronunciar-nos sobre a utilização consistente dos critérios de valorização do património e das unidades de participação do organismo de investimento coletivo e sobre o cumprimento das disposições quanto a erros de valorização do património do organismo de investimento coletivo.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 25 de agosto de 2023



Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC n.º 1366, inscrita na CMVM sob o n.º 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC